Art. 2.º É anulada igual importância na dotação da rubrica 3) «Despesa com a transferência da sede da Casa de Portugal em Londres», do mesmo artigo 37.º do capítulo 4.º do orçamento do corrente ano económico.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 1 de Junho de 1934.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Antonino Ravil da Mata Gomes Pereira*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*Luiz Alberto de Oliveira*—*Aníbal de Mesquita Guimarães*—*José Caeiro da Mata*—*Duarte Pacheco*—*Armindo Rodrigues Monteiro*—*Alexandre Alberto de Sousa Pinto*—*Sebastião Garcia Ramires*—*Leovigildo Queimado Franco de Sousa*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 23:948

Tendo-se reconhecido a necessidade de modificar algumas disposições do decreto-lei n.º 22:604, de 31 de Maio de 1933, e bem assim de continuar a preparar a organização dos serviços de viação, de forma a posterior e oportunamente promover a concentração de todos os serviços de transportes sob uma única direcção;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta o eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

TÍTULO I

Da organização dos serviços de viação

Artigo 1.º Os serviços de viação do continente e ilhas adjacentes funcionam na dependência do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Art. 2.º Para os efeitos da organização dos serviços de viação é a metrópole dividida em cinco circunscricões:

Norte;
Centro;
Sul;
Açores;
Madeira.

a) A circunscricão do norte, com sede no Pôrto, corresponde à zona compreendida entre a fronteira norte do País e o limite sul dos concelhos de Espinho, Feira, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Macieira de Cambra, Arouca, Sinfais, Resende, Lamego, Tarouca, Armamar, Tabuaço, S. João da Pesqueira, Penedono, Meda, Vila Nova de Fozcoa e Figueira de Castelo Rodrigo;

b) A circunscricão do centro, com sede em Coimbra, corresponde à zona compreendida entre a circunscricão norte e a linha correspondente ao limite sul dos concelhos de Pombal, Vila Nova de Ourém, Tomar, Vila Nova da Barquinha e a margem do Tejo, dali até à fronteira;

c) A circunscricão do sul, com sede em Lisboa, compreende o restante território do continente;

d) A circunscricão dos Açores, com sede em Ponta Delgada, compreende as ilhas deste arquipélago;

e) A circunscricão da Madeira, com sede no Funchal, compreende as ilhas daquele arquipélago.

Art. 3.º São órgãos dos serviços de viação: o Conselho Superior de Viação, a comissão administrativa dos

serviços de viação, a Direcção Geral dos Serviços de Viação e as circunscricões dos Açores e Madeira.

Art. 4.º O Conselho Superior de Viação é constituído da forma seguinte:

Presidente:

O presidente da Junta Autónoma de Estradas.

Vice-presidente:

O director geral dos serviços de viação.

Vogais:

a) O engenheiro director dos serviços de construção da Junta Autónoma de Estradas;

b) Um engenheiro delegado da Direcção Geral de Caminhos de Ferro;

c) Um delegado da Inspeção das Tropas de Comunicação;

d) O comandante da policia de trânsito de Lisboa;

e) Um delegado do Automóvel Clube de Portugal;

f) Dois delegados das empresas ferroviárias, um pelas rêsdes de via larga e outro pelas rêsdes de via estreita;

g) Dois delegados pelos concessionários de carreiras, um pelo norte e outro pelo sul do País;

h) Dois engenheiros mecânicos, de reconhecida competência em assuntos de automobilismo, da livre escolha do Ministro.

§ 1.º Os delegados das empresas ferroviárias e dos concessionários de carreiras serão eleitos em lista triplíce e nomeados pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

§ 2.º Os vogais a que se referem as alíneas b), c) e e) a h) exercem o seu mandato por três anos, podendo ser reconduzidos.

§ 3.º Quando as entidades mencionadas nas alíneas e), f) e g) não acordarem na indicação dos seus delegados, o Ministro das Obras Públicas e Comunicações nomeará pessoas idóneas para as representar.

§ 4.º O Conselho Superior de Viação reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o Ministro das Obras Públicas e Comunicações assim o determine ou por iniciativa do presidente.

§ 5.º Nenhum dos vogais presentes a uma sessão pode abster-se de votar.

§ 6.º O Conselho Superior de Viação e o Conselho Superior de Caminhos de Ferro poderão reunir em sessão conjunta sempre que o Ministro das Obras Públicas e Comunicações o determine.

§ 7.º As funções de vogal do Conselho Superior de Viação são gratuitas.

Art. 5.º A comissão administrativa dos serviços de viação, compreendendo uma secção de contabilidade, chefiada por um funcionário administrativo, é constituída pelo director geral dos serviços de viação, como presidente, pelo director dos serviços da 8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, como vogal nato, e por um vogal eleito anualmente pelo Conselho Superior de Viação, que desempenhará as funções de secretário.

Art. 6.º A Direcção Geral dos Serviços de Viação é constituída por uma Repartição Central, pelas três circunscricões do continente e pelo corpo especial de policia de trânsito nas estradas.

§ 1.º A Direcção Geral dos Serviços de Viação é dirigida por um engenheiro de reconhecida competência, de livre escolha e nomeação do Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

§ 2.º Junto da Direcção Geral dos Serviços de Viação haverá um bacharel em direito e um bacharel em medicina, que desempenharão respectivamente as funções de consultor jurídico e médico inspector dos serviços de viação.

§ 3.º A Repartição Central é chefiada por um enge-

nheiro mecânico e os serviços técnicos que lhe competem são desempenhados por um engenheiro mecânico, que secretaria, sem voto, o Conselho Superior de Viação, e dois condutores de máquinas diplomados.

§ 4.º As circunscrições dos serviços de viação do continente são chefiadas por um engenheiro mecânico e constituídas pelo seguinte pessoal técnico:

Circunscrição do norte: um engenheiro mecânico e dois condutores de máquinas diplomados;

Circunscrição do centro: um condutor de máquinas diplomado;

Circunscrição do sul: um engenheiro mecânico e três condutores de máquinas diplomados.

§ 5.º O pessoal técnico e administrativo das circunscrições dos Açores e Madeira será fixado e nomeado pelas Juntas Gerais, respectivamente, de Ponta Delgada e Funchal, conforme as exigências dos serviços, devendo porém as circunscrições ser chefiadas por um engenheiro mecânico.

§ 6.º O comando do corpo especial de polícia de trânsito nas estradas será exercido por um oficial do exercício, de patente não superior a capitão, com prática de serviços de viação e requisitado ao Ministério da Guerra, ficando em comissão no Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

§ 7.º Junto das circunscrições dos serviços de viação haverá um delegado da Inspeção das Tropas de Comunicação, que terá função de informação e ligação com os serviços de comunicações do Ministério da Guerra.

TÍTULO II

Atribuições

Art. 7.º São atribuições do Conselho Superior de Viação:

1.º Emitir parecer sobre as dúvidas que se suscitarem na execução dos diplomas legais referentes aos serviços de viação;

2.º Propor ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações as medidas que julgar úteis e oportunas para o estudo e resolução de todos os problemas que possam interessar ao aperfeiçoamento dos serviços de viação;

3.º Emitir parecer sobre os processos de concessão de carreiras a estabelecer no continente e respectiva classificação;

4.º Emitir parecer sobre propostas referentes ao regime de exploração das carreiras de serviço público, e nomeadamente a tarifas, a submeter ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações;

5.º Julgar os recursos que lhe sejam submetidos por determinação do Ministro das Obras Públicas e Comunicações;

6.º Emitir parecer sobre os projectos de posturas municipais relativas ao trânsito na via pública, depois de devidamente informados pela Direcção Geral dos Serviços de Viação e em ordem a obter em todo o País a maior uniformidade possível nas normas reguladoras do trânsito, atendendo embora às circunstâncias de cada caso;

7.º Consultar sobre quaisquer assuntos relativos a trânsito que sejam submetidos ao seu exame pelo Ministro ou pelo director geral dos serviços de viação.

Art. 8.º Compete à comissão administrativa dos serviços de viação:

1.º Gerir os fundos e dotações que lhe forem confiados;

2.º Promover e fiscalizar a cobrança das receitas da Direcção Geral dos Serviços de Viação a entregar ao Tesouro;

3.º Autorizar pagamentos até à importância de 20.000\$;

4.º Organizar anualmente o orçamento da Direcção Geral dos Serviços de Viação para apreciação superior e consoante a dotação atribuída;

5.º Publicar anualmente o relatório da sua gerência relativo ao ano económico anterior.

Art. 9.º Compete ao director geral dos serviços de viação:

1.º Dirigir e orientar superiormente, sob a autoridade do Ministro das Obras Públicas e Comunicações, os serviços da Direcção Geral dos Serviços de Viação e fazer cumprir as resoluções da comissão administrativa;

2.º Orientar superiormente os serviços das circunscrições dos Açores e Madeira de forma a tornar o seu funcionamento uniforme com o das circunscrições do continente;

3.º Apresentar ao Ministro os assuntos que necessitem de resolução superior, informando-o com o seu parecer, e propor-lhe as medidas que julgar convenientes para o aperfeiçoamento dos serviços de viação;

4.º Estudar e apresentar ao Conselho Superior de Viação os problemas cuja solução possa interessar ao desenvolvimento da indústria de transportes automóveis;

5.º Zelar pelo rigoroso cumprimento das disposições legais sobre viação;

6.º Promover a organização do cadastro de todos os veículos automóveis e condutores que houver no País e da estatística de todos os acidentes ocasionados pelo trânsito na via pública;

7.º Informar todos os processos de concessão de carreiras, a fim de serem submetidos a parecer do Conselho Superior de Viação, e ordenar a expedição dos títulos de licença dos que forem aprovados;

8.º Fiscalizar, técnica e comercialmente, o estabelecimento e funcionamento de carreiras;

9.º Ordenar às circunscrições inspeção extraordinária dos veículos automóveis, especialmente dos que sojam empregados em carreiras de passageiros, sempre que o julgue necessário;

10.º Outorgar, por delegação do Ministro das Obras Públicas e Comunicações, em todos os contratos para que tenha competência legal;

11.º Propor à comissão administrativa dos serviços de viação, para ulterior aprovação do Ministro das Obras Públicas e Comunicações, os vencimentos do pessoal técnico e administrativo auxiliar, contratado ou assalariado, a que se refere o artigo 17.º, bem como as gratificações que julgue deverem ser abonadas ao pessoal ao serviço da Direcção Geral;

12.º Fornecer mensalmente à Inspeção das Tropas de Comunicação duplicados das folhas referentes aos veículos automóveis registados e condutores aprovados em cada mês;

13.º Apresentar relatórios anuais sobre os assuntos da sua Direcção Geral.

TÍTULO III

Do pessoal

CAPÍTULO I

Categorias e vencimentos

Art. 10.º O pessoal da Direcção Geral dos Serviços de Viação constitui um quadro composto do modo seguinte:

a) Pessoal técnico:

- 1 engenheiro-director geral.
- 1 engenheiro mecânico de 1.ª classe.
- 2 engenheiros mecânicos de 2.ª classe.
- 4 engenheiros mecânicos de 3.ª classe.
- 2 condutores de máquinas de 1.ª classe.

- 2 condutores de máquinas de 2.^a classe.
4 condutores de máquinas de 3.^a classe.

b) Pessoal administrativo:

- 6 primeiros oficiais chefes de secção.
7 segundos oficiais.
26 terceiros oficiais.

c) Pessoal menor:

- 1 segundo continuo.

§ único. Os actuais técnicos de automobilismo preenchem lugares de condutores de máquinas.

Art. 11.^o Os vencimentos do pessoal do quadro da Direcção Geral dos Serviços de Viação são os constantes do mapa n.^o 1 anexo a este decreto-lei, que dele fica fazendo parte integrante e que baixa assinado pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

§ 1.^o Os técnicos de automobilismo terão o vencimento mensal de 1.250\$.

§ 2.^o Os membros da comissão administrativa dos serviços de viação e o comandante do corpo especial de policia de trânsito nas estradas terão direito a uma gratificação, que será fixada pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

§ 3.^o Os vencimentos do pessoal técnico e administrativo das circunscrições dos Açores e Madeira serão fixados pelas Juntas Gerais, respectivamente, de Ponta Delgada e Funchal, mas não poderão ser superiores aos dos funcionários da mesma categoria da Direcção Geral dos Serviços de Viação.

CAPÍTULO II

Recrutamento do pessoal

Art. 12.^o Exceptuando o director geral, os funcionários do quadro a que se refere o artigo 10.^o serão contratados por períodos renováveis de um ano.

§ 1.^o Os engenheiros mecânicos e condutores de máquinas, diplomados, de 3.^a classe serão nomeados pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, por proposta do director geral dos serviços de viação; a promoção a 2.^a e 1.^a classes é feita por ordem de antiguidade na classe de ordem imediatamente inferior.

§ 2.^o Os lugares de consultor jurídico e médico inspector dos serviços de viação serão providos pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, por contrato por períodos renováveis de um ano e sob proposta do director geral dos serviços de viação.

§ 3.^o Os actuais técnicos de automobilismo serão contratados por períodos renováveis de um ano e irão sendo substituídos por condutores de máquinas, diplomados, à medida que deixarem de prestar serviço.

§ 4.^o O ingresso do pessoal administrativo no quadro da Direcção Geral dos Serviços de Viação efectua-se pelo lugar de terceiro official e o provimento destes lugares é feito por meio de concurso de provas práticas.

A promoção a segundos e primeiros oficiais chefes de secção é feita por meio de concurso de provas práticas, respectivamente entre os terceiros e segundos oficiais.

O júri dos concursos será constituído por três membros nomeados pelo director geral.

§ 5.^o Os lugares de segundos continuos serão providos por concurso documental, sendo motivo de preferência ter o candidato servido no exército, armada ou policia com exemplar comportamento.

Art. 13.^o São applicáveis aos funcionários do quadro da Direcção Geral dos Serviços de Viação, a que se refere o artigo 10.^o, as disposições legais relativas a faltas, licenças e disciplina do funcionalismo, e decorridos cinco anos de bom e efectivo serviço poderão ser no-

meados definitivamente, ainda que tenham excedido o limite de idade legalmente fixado. Aos funcionários que forem nomeados definitivamente será contado, para efeitos de aposentação, o tempo que serviram como contratados.

Art. 14.^o A distribuição e colocação do pessoal da Direcção Geral é da competência do director geral, atendendo às aptidões e às conveniências do serviço e tendo em atenção o estipulado nos §§ 3.^o e 4.^o do artigo 6.^o

§ único. Os funcionários da secção de contabilidade da comissão administrativa dos serviços de viação pertencem ao quadro da Direcção Geral.

Art. 15.^o O director geral será substituído nos seus impedimentos pelo engenheiro chefe da Repartição Central.

TÍTULO IV

Disposições diversas

Art. 16.^o Os membros da comissão administrativa e os funcionários da Direcção Geral dos Serviços de Viação não podem estar, directa ou indirectamente, interessados em quaisquer ramos do comércio ou indústria de automóveis ou em empresas de caminhos de ferro.

§ único. É-lhes também vedado exercer qualquer função alheia aos serviços de viação ou exercer, por si ou por interposta pessoa, qualquer ramo de comércio ou indústria sem autorização do Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

Art. 17.^o A Direcção Geral dos Serviços de Viação poderá contratar ou assalariar, além do quadro e mediante autorização do Ministro das Obras Públicas e Comunicações, o pessoal técnico administrativo auxiliar que for exigido pelas necessidades dos serviços, desde que os respectivos encargos caibam nas suas dotações orçamentais.

§ único. O pessoal técnico dos serviços de viação deve estar habilitado com a licença de condução de automóveis.

Art. 18.^o O director geral dos serviços de viação terá sobre o pessoal do corpo especial de policia de trânsito nas estradas competência igual à do director geral da segurança pública.

§ 1.^o A competência disciplinar do comandante do corpo especial de policia de trânsito nas estradas é idêntica à do comandante da policia de segurança pública de Lisboa.

§ 2.^o O pessoal do corpo especial de policia de trânsito nas estradas que tiver punição disciplinar a cumprir recolherá ao corpo a que pertence.

§ 3.^o Compete aos fiscais e inspectores de fiscalização dos serviços de viação zelar pelo rigoroso cumprimento das disposições do Código da Estrada e mais legislação sobre viação, devendo usar de todos os meios suasórios para fazer cumprir as suas determinações e levantar autos de transgressão.

Art. 19.^o O conselho disciplinar da Direcção Geral dos Serviços de Viação é constituído pelo director geral, pelo chefe da Repartição Central e por um engenheiro mecânico nomeado anualmente pelo director geral.

Art. 20.^o É da exclusiva competência do Governo o lançamento e cobrança de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou multas relativos ao uso, trânsito, estacionamento ou qualquer outro assunto em tudo que se relacione com veículos automóveis e respectivos condutores, bem como a gasolina, protectores e câmaras de ar.

Art. 21.^o O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, mediante parecer consultivo do Conselho Superior de Viação, regulamentará os serviços de viação.

Art. 22.^o As câmaras municipais é permitido, de acordo com os serviços de viação e nos termos da lei em vigor, regulamentar o trânsito nos respectivos concelhos.

§ 1.º No caso de discordância entre as câmaras municipais e os serviços de viação resolverá o Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

§ 2.º O trânsito nas vias públicas de veículos que não careçam de carris é exclusivamente condicionado pelos preceitos do Código da Estrada, legislação complementar e respectivos regulamentos, mas ficando o de todos os outros sujeito às respectivas determinações na parte aplicável.

Art. 23.º As primeiras nomeações para os lugares do quadro da Direcção Geral dos Serviços de Viação serão feitas por livre escolha do Ministro das Obras Públicas e Comunicações de entre os funcionários actualmente em serviço na Direcção dos Serviços de Viação e secções técnicas do continente, ainda que excedam o limite de idade legalmente fixado, mas desde que tenham entrado até àquele limite para o serviço das extintas comissões técnicas de inspecção, provas e exames do automóveis e condutores, Conselho Superior de Viação e comissões técnicas de automobilismo, Direcção dos Serviços de Viação ou suas secções técnicas do continente e tenham servido sucessivamente naqueles organismos, podendo os referidos funcionários ser nomeados definitivamente, nos termos do disposto no artigo 13.º

Art. 24.º Aos funcionários a contratar nos termos

dêste decreto-lei e que presentemente se encontram ao serviço da Direcção dos Serviços de Viação e suas secções técnicas fica a comissão administrativa dos serviços de viação autorizada a mandar pagar os vencimentos e gratificações no período que decorrer desde o dia 1 do próximo mês de Julho até à publicação no *Diário do Governo* da declaração de terem sido visados pelo Tribunal de Contas os respectivos contratos.

Art. 25.º Os vencimentos do pessoal do quadro da Direcção Geral dos Serviços de Viação, a abonar nos termos do artigo 11.º, só começam a vigorar no próximo ano económico.

Art. 26.º É revogado o decreto-lei n.º 22:604, de 31 de Maio de 1933, e o artigo 13.º do decreto n.º 19:545, de 31 de Março de 1931.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 1 de Junho de 1934.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Luiz Alberto de Oliveira* — *Aníbal de Mesquita Guimarães* — *José Caetano da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Montenegro* — *Alexandre Alberto de Sousa Pinto* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Leontigildo Queimado Franco de Sousa*.

MAPA N.º 1

Vencimentos dos funcionários do quadro da Direcção Geral dos Serviços de Viação, a que se refere o artigo 11.º do decreto-lei n.º 23:948, desta data

Categorias	Vencimentos individuais			
	Vencimentos	Dinturnidades	Gratificação especial	Soma
Engenheiro director geral	23.850\$00	570\$00	9.690\$00	34.110\$00
Engenheiro mecânico de 1.ª classe	19.080\$00	570\$00	4.560\$00	24.210\$00
Engenheiro mecânico de 2.ª classe	17.172\$00	570\$00	4.104\$00	21.846\$00
Engenheiro mecânico de 3.ª classe	16.002\$00	—	—	16.002\$00
Condutor de máquinas de 1.ª classe	16.002\$00	—	—	16.002\$00
Condutor de máquinas de 2.ª classe	14.160\$00	—	—	14.160\$00
Condutor de máquinas de 3.ª classe	12.318\$00	—	—	12.318\$00
Primeiro official chefe de secção	15.222\$00	—	—	15.222\$00
Segundo official	8.874\$00	—	—	8.874\$00
Terceiro official	7.542\$00	—	—	7.542\$00
Segundo contínuo	6.144\$00	—	—	6.144\$00

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1 de Junho de 1934.—O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*.

Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos

Repartição de Portos

Decreto-lei n.º 23:949

Considerando que, por despacho ministerial de 6 do corrente, foi adjudicada a Avelino Martins de Carvalho a empreitada de construção de um molhe de abrigo de um varadouro para barcos na costa marítima da Vila Praia de Ancora;

Considerando que para execução das respectivas obras, conforme se verifica das condições do caderno de encargos que serviu de base ao concurso, está fixado o prazo de 360 dias, o que abrange os anos económicos de 1933-1934 e 1934-1935;

Considerando que há necessidade de executar os trabalhos referidos e de autorizar a entidade competente a celebrar o contrato respectivo;

Tendo em vista o disposto nos artigos 30.º e 31.º do decreto n.º 22:257, de 25 de Fevereiro de 1933;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o engenheiro chefe da Divisão Hidráulica do Douro, da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, a celebrar o contrato com Avelino Martins de Carvalho para execução da empreitada de construção de um molhe de abrigo de um varadouro para barcos na costa marítima da Vila Praia de Ancora, pela importância de 198.000\$, nas condições do caderno de encargos, cláusulas o condições gerais de empreitadas e fornecimentos de obras públicas, de 9 de Maio de 1906, e mais regulamentos aplicáveis.

Art. 2.º Seja qual fôr o valor das obras realizadas não poderá a Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos despendar, com pagamentos relativos